

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.152 - RS (2019/0299695-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**  
**ADVOGADOS** : **NELSON PILLA FILHO - RS041666**  
: **MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441**  
**AGRAVADO** : **TIAGO DA CRUZ DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS** : **AMIEL DIAS DE LUIZ - RS078403**  
: **MAIQUE BARBOSA DE SOUZA - RS078171**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS ABUSIVOS. Constatada significativa discrepância entre os juros contratados e a média de mercado do período da contratação. Revisão dos juros de acordo com a taxa de mercado apurada pelo BACEN.*

*MORA. Paradigma - Resp nº 1.061.530/RS - No caso concreto, considerado ilegal encargo da normalidade, fica afastada a mora.*

*JUROS REMUNERATÓRIOS E ENCARGOS MORATÓRIOS MANTIDOS. PERÍODO DA INADIMPLÊNCIA. Ausente cumulação com comissão de permanência, legal a aplicação dos juros remuneratórios limitados à taxa da normalidade e dos encargos moratórios previstos. Súmulas n.ºs 296 e 472 do STJ.*

*COMPENSAÇÃO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO.*

*PERMITIDOS. Em sendo constatado pagamento a maior, deve ocorrer a compensação de valores e repetição, simples, do indébito, independentemente da demonstração de erro.*

*Recurso Especial paradigma nº 1388972/SC.*

*APELO PARCIALMENTE PROVIDO" (fl. 171 e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 201/206 e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 210/222 e-STJ), a parte recorrente aponta dissidência interpretativa em torno do art. 51, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor e do art. 4º, IX, da Lei nº 4.595/1964, com os REsp's nºs 1.359.365/RS e 1.061.530/RS, este último julgado pelo rito dos recursos repetitivos. Sustenta, em síntese, que a simples pactuação de taxa de juros remuneratórios superior à taxa média do mercado não denota, por si só, abusividade.

Sem as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

**DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil/2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Esclareça-se desde de logo que as decisões monocráticas desta Corte Superior, a exemplo do REsp n. 1.359.365/RS, não servem à comprovação da divergência jurisprudencial.

Nesse sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 182/STJ. OFENSA AOS ARTS. 6º, § 1º, e 7º da LEI N. 12.424/2011. INOVAÇÃO RECURSAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.*

(...)

*7. Além disso, "decisão monocrática não serve para comprovação de divergência jurisprudencial" (AgInt no AREsp n. 1.180.952/RJ, Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES - Desembargador convocado do TRF 5ª Região -, QUARTA TURMA, julgado em 17/5/2018, DJe 24/5/2018).*

(...)

*5. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1817526/RO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 16/10/2019)*

Além disso, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, consolidou o entendimento acerca dos juros remuneratórios no julgamento dos **Temas nºs 24 a 27**, conforme acórdão assim ementado:

***"ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS***

*a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF;*

*b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade;*

*c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02;*

*d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada, art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto [...]." (REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009- grifou-se).*

Na espécie, o Tribunal *a quo*, analisando as peculiaridades do caso concreto, decidiu em conformidade com esse entendimento ao limitar os juros remuneratórios à taxa média de mercado, **sob o fundamento de que foram abusivas as taxas contratadas, nos seguintes termos:**

*"(...) no caso, verifica-se que a taxa média apurada pelo BACEN, no mês da celebração do contrato (Novembro/2013) era de 21,28%'. Diante disso, tem-se que o percentual do contrato (41,42%a.a. - fl. 65) discrepa significativamente da taxa média praticada pelo mercado no período, restando demonstrada a alegada abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada" (fl. 175 e-STJ).*

Assim como posta a matéria, a verificação da procedência dos argumentos expendidos no recurso exigiria tanto o reexame de matéria fática como interpretação de cláusula contratual, o que é vedado pelas Súmulas nºs 5 e 7/STJ, consoante iterativa jurisprudência desta Corte.

Nesse sentido, o seguinte precedente:

***"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. DATA DA CONTRATAÇÃO. ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 e 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.***

*1. "É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto" (REsp n.1.061.530/RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009).*

*2. No caso concreto, o Tribunal de origem reconheceu a abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada. Dissentir de tal conclusão demandaria o reexame da prova dos autos, inviável em recurso especial, em virtude do óbice da Súmula n. 7/STJ.*

*[...]*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 436.537/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 11/02/2014 - grifou-se.)*

No mesmo sentido: AgRg no AREsp 344.213/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 30/09/2014; AgRg no AREsp 541.423/MG, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 28/8/2014, e AgRg no REsp 1414974/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 16/09/2014.

Registre-se, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade

# *Superior Tribunal de Justiça*

do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a", quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

*"Recurso Especial. Civil. Responsabilidade civil. Cirurgião e anesthesiologista. Recurso com fundamento nas alíneas 'a' e 'c' do art. 105, III, da CF. Reexame fático-probatório. Súmula 07/STJ. Incidência.*

*- A constatação de ter o médico cirurgião e o anestesista agido ou não com culpa no atendimento a paciente, nas modalidades negligência, imprudência ou imperícia, demanda necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório da causa, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.*

*- O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea 'a', quanto pela 'c' do permissivo constitucional.*

*- Recurso especial não conhecido." (REsp 765.505/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/3/2006, DJ 20/3/2006 - grifou-se)*

Por fim, no que tange à caracterização da mora, tem-se que o recorrente não apontou, nas razões do apelo especial, os dispositivos infraconstitucionais objeto de divergência jurisprudencial, o que revela deficiência de fundamentação, atraindo a incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais), os quais devem ser majorados para R\$ 1.500,00 (mil duzentos e cinquenta reais) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator